



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº: 0033356**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, LEI MUNICIPAL Nº 1.884 de 04 de dezembro de 2019 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS**

**CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 02 DE MARÇO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES [WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR).**

**LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 01DE MARÇO DE 2027.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025**

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 10.858,00 (dez mil oitocentos e cinquenta e oito reais).**

**ESCLARECIMENTOS:**

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**

**Processo nº: 0033356**

**Credenciamento Eletrônico nº 003/2026**

**Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.**

### **ÍNDICE**

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**
- 13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**
- 14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 18. DOS RECURSOS**
- 19. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20. REAJUSTAMENTO:**
- 21. INFRAÇÕES**
- 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23. DISPOSIÇÕES GERAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**

**PROCESSO Nº: 0033356**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

### **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023 e Lei Municipal nº 1.884/2019, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 02/03/2026;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 01/03/2027;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

### **2. ESCLARECIMENTOS:**

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : [licita2@frenteira.mg.gov.br](mailto:licita2@frenteira.mg.gov.br)
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br)

### **3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:**

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.**



3.2. O presente credenciamento tem como objetivo a prestação de serviços no fornecimento de bilhetes de passagens rodoviárias para itinerantes, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.884/2019.

3.3. O quantitativo estimado será distribuído entre as empresas credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência;

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretária Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

#### **4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:**

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas, do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**4.2. Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 01DE MARÇO DE 2027, cadastrem o REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO (anexo III) e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

4.3. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

4.5. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.5, a empresa interessada poderá, se for de seu interesse, complementar a documentação de habilitação junto a Plataforma LICITANET.

4.6. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.

**4.7. SUBCONTRATAÇÃO:** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo credenciante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade das Empresas Credenciadas.



**5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:**

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.





5.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

## **6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.**

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - (Anexo III)** e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação de serviços na realização de consultas de neuropediatria.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento para credenciamento – Anexo III com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de fornecer o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

## **7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – ANEXO III**.

### **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**



7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/207;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo II;

#### **7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

#### **7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.5.1. Registro da empresa junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ou ao órgão regulador competente, demonstrando que a empresa está devidamente autorizada a operar o serviço de transporte rodoviário de passageiros.

#### **7.6. DEMAIS DECLARAÇÕES**

7.6.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

7.6.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo IV.





7.6.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo V.

### **7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

7.7.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.7.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

### **8. JULGAMENTO**

8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

### **9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela prestação dos serviços de consulta de neuropediatria, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 01 DE MARÇO DE 2027, independente do seu início.

### **10. ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**

10.1. A contratação dos serviços de emissão de passagens rodoviárias será realizada por meio de credenciamento, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços.

10.2. Caso mais de uma empresa seja credenciada para a prestação dos serviços de emissão de passagens rodoviárias, será adotado um sistema de rodízio para garantir a distribuição equilibrada da demanda e assegurar transparência, isonomia e eficiência na execução do contrato.



10.3. As solicitações de serviços de emissão de passagens rodoviárias serão distribuídas entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma para definição da ordem inicial da convocação.

10.4. Após o início da prestação dos serviços, será efetuado rodizio entre as empresas credenciadas, respeitando sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

10.5. Caso a credenciada convocada para prestar o serviço se recuse ou não possa atender à solicitação por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.

10.6. Se houver recusa por parte de todas as empresas credenciadas, o rodizio continuará até que todas tenham sido convocadas para prestar o serviço.

10.8. Concluído o rodizio entre todas as empresas credenciadas, um novo ciclo será iniciado, retornando-se à primeira empresa credenciada.

10.9. Garantia de Equidade e Eficiência:

10.9.1. Esse sistema de rodizio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento contínuo e eficiente às famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o cumprimento dos princípios de economicidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

## **11. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **11.1. Forma de Execução**

11.1.1. A emissão dos bilhetes de passagens rodoviárias será realizado conforme a necessidade e demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS, de Fronteira/MG, para atender cidadãos em situação de vulnerabilidade social;

11.1.2. A empresa contratada deverá fornecer os bilhetes mediante solicitação formal da Secretaria, contendo informações como nome do beneficiário, destino, data da viagem e demais dados necessários;

11.1.3. Para emissão das passagens, será necessária apenas a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS;

11.1.4. A empresa deverá garantir a emissão dos bilhetes em tempo hábil para atender à demanda dos usuários, respeitando prazos previamente estabelecidos pela Secretaria;

11.1.5. Os bilhetes poderão ser entregues diretamente aos beneficiários ou encaminhados à Secretaria de Assistência Social para distribuição, conforme a necessidade do caso;

11.1.6. Os custos referentes à emissão e entrega dos bilhetes serão de responsabilidade da empresa contratada, sem encargos adicionais para o município.



## **12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:**

12.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do Credenciamento.

12.2. Proporcionar todas as facilidades para que as Empresas Credenciadas possam desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação.

12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelas Empresas Credenciadas.

12.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Credenciamento, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

12.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelas Empresas Credenciadas, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos.

12.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação.

12.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.

## **13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:**

13.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato.

13.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços.

13.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR).

13.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais.

13.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas.

13.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros.

13.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;

## **14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



14.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida para “PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG”, CNPJ “18.449.140/0001-013”, sem rasuras no preenchimento.

14.3. A nota fiscal/fatura deverá referir-se unicamente aos itens objetos deste certame, identificando obrigatoriamente o tipo e a quantidade de bilhete de passagem, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido.

14.4. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências.

14.5. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem “14.1.” começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

14.6. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

14.7. O município não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

## **15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

15.1. A gestão do credenciamento será de competência da Senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social.

15.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da Senhora Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS.

15.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.143/21, art. 114, *caput*).

15.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.143/21, art. 117, *caput*), que:

15.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 1.º).

15.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 2.º).

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

16.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 06 – SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS/FMAS

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 1000 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.224 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Subelemento: 3.3.90.32.99.00 – OUTROS MATERIAIS, BENS OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

### **17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**

17.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, no endereço eletrônico [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados.

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).

### **18. DOS RECURSOS:**

18.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

18.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

### **19. GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **20. REAJUSTAMENTO:**

20.1. Havendo renovação do Credenciamento, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**21. INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

21.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

21.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

21.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

21.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



21.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

21.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

21.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

21.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2003.

**22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.1. Advertência;

22.2. Multa;

22.3. Impedimento de licitar e contratar e;

22.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

22.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

22.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

22.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

22.6.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1 à 21.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

22.6.2. Para as infrações previstas nos itens 21.7 a 21.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.





22.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

22.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1 à 21.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 21.7 à 21.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1 à 21.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

22.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **23. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

23.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

23.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

23.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

23.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



23.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

23.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

23.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio da Secretária Municipal de Assistência Social E Promoção Humana/FMAS

23.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

23.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

**ANEXOS:**

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO II** - Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

**ANEXO III** - Minuta do requerimento de credenciamento.

**ANEXO IV** - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD

**ANEXO V** - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

**ANEXO VI** - Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 25 de fevereiro de 2026.

**YARA FERNANDA CARVALHO**  
Gestora Municipal de Assistência Social E Promoção Humana/FMAS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

### **ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO**

**PROCESSO Nº: 0033356**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026**

**UNIDADE REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA.

**RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO:** YARA FERNANDA CARVALHO.

**TIPO:** PREÇO MÉDIO.

**1. OBJETO:** REFERE-SE AO CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

1.1. Dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A FRUTAL/MG	UN	156
2	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	UN	94

1.2. O objeto desta Contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, o objeto desta Contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência para essa Contratação será de 12 (doze) meses.

1.4. Os bens a serem adquiridos foram parcelados, na forma do art.40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista a viabilidade técnica e econômica, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. A presente contratação tem como objetivo conduzir itinerantes, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.884, de 04 de dezembro de 2019, que regula a Política de Assistência Social no município de Fronteira/MG.



2.2. De acordo com o art. 1º da referida lei, a Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, devendo ser executada por meio de um conjunto integrado de ações que garantam a proteção social e o atendimento das necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade.

2.3. No que se refere aos benefícios eventuais, o art. 17 estabelece que são provisões suplementares e provisórias prestadas a cidadãos e famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Dentro desse contexto, o art. 19, inciso IV, prevê a concessão de passagens para itinerantes e/ou munícipes com destino permanente em outro município, garantindo o direito de deslocamento a indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

2.4. Ainda, o art. 21 determina que o benefício de auxílio passagem será concedido a imigrantes e munícipes que tenham destino permanente, desde que estejam em situação de vulnerabilidade, atendendo ao princípio de proteção social básica previsto na lei. Para tanto, a concessão do benefício segue os critérios estabelecidos no §1º do art. 19, sendo necessária a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social para deslocamentos de até 100 km.

2.5. Dessa forma, a contratação de empresa para emissão de bilhetes de passagens rodoviárias é medida essencial para viabilizar a execução dos benefícios eventuais previstos na legislação municipal, garantindo o direito de assistência aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e cumprindo com os objetivos da Política Municipal de Assistência Social.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

3.1. A solução proposta para a contratação de empresas para emissão de bilhetes de passagens rodoviárias para itinerantes, com o intuito de atender às demandas da Secretaria de Assistência Social, é estruturada com base em um ciclo de vida que abrange desde o planejamento até a execução do serviço, monitoramento e avaliação contínua.

#### **3.2. Ciclo de Vida do Objeto:**

##### **3.2.1. Planejamento e Credenciamento:**

3.2.1.1. O processo de credenciamento será a primeira etapa do ciclo de vida, permitindo à Secretaria selecionar empresas qualificadas para emissão de passagens rodoviárias. O credenciamento visa estabelecer um banco de fornecedores que atendam às exigências legais e técnicas para garantir a adequada execução do objeto.

3.2.1.2. Critérios de seleção incluem a capacidade das empresas em fornecer passagens para os destinos demandados, como Frutal (MG) e São José do Rio Preto (SP), e o cumprimento dos prazos de entrega, conforme estabelecido pela Secretaria de Assistência Social.

##### **3.2.2. Execução dos serviços:**



3.2.2.1. Após o credenciamento, a execução do transporte ocorrerá conforme as necessidades da Secretaria de Assistência Social. As passagens serão emitidas de acordo com as autorizações de fornecimento emitidas pela Secretaria, considerando a situação de vulnerabilidade social dos itinerantes e os destinos definidos.

3.2.2.2. A empresa credenciada será responsável pela entrega das passagens no prazo estipulado, cumprindo as condições acordadas e assegurando que os itinerantes recebam a assistência necessária.

3.2.3. Acompanhamento e Fiscalização:

3.2.3.1. Durante a execução, a Secretaria de Assistência Social realizará o acompanhamento contínuo da execução. A fiscalização envolverá a verificação do cumprimento dos prazos, condições de transporte e a qualidade do serviço prestado.

3.2.3.2. Eventuais irregularidades ou falhas na emissão das passagens serão notificadas à empresa credenciada, que deverá corrigir as deficiências dentro de um prazo estipulado. A Secretaria poderá também realizar auditorias e inspeções para garantir que o serviço esteja sendo prestado de acordo com o estabelecido no credenciamento.

3.2.4. Encerramento e Avaliação:

3.2.4.1. Ao final de cada ciclo de serviços, será realizada uma avaliação do desempenho das empresas credenciadas, levando em consideração o atendimento às condições estabelecidas, a qualidade do serviço prestado e a eficiência na execução.

3.2.4.2. Com base nesta avaliação, a Secretaria poderá renovar ou encerrar os contratos, dependendo do desempenho da empresa. Caso necessário, poderá abrir um novo processo de credenciamento para a seleção de novos fornecedores ou manter os atuais, desde que atendam aos requisitos estabelecidos.

3.2.5. Sustentabilidade e Melhoria Contínua:

3.2.5.1. A solução visa garantir a sustentabilidade e continuidade do atendimento aos itinerantes, permitindo que as empresas credenciadas possam ser avaliadas continuamente, com base no desempenho, e adaptando-se às mudanças nas necessidades de transporte.

3.2.5.2. O processo de credenciamento e execução será sempre revisto, de modo a incorporar melhores práticas e ajustar-se às novas exigências legais e operacionais, assegurando que os objetivos da Secretaria de Assistência Social sejam sempre cumpridos de maneira eficiente e econômica.

3.3. Essa abordagem no ciclo de vida do objeto visa não apenas atender as demandas atuais, mas também promover a flexibilidade, a eficiência na gestão e a transparência em todo o processo de contratação e execução do transporte de itinerantes.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**



#### 4.1. Qualificação Técnica da Empresa:

##### 4.1.1. A empresa contratada deverá comprovar:

4.1.1.1. Capacidade operacional e logística para um serviço eficiente e dentro dos prazos estabelecidos, garantindo que as passagens sejam entregues conforme a necessidade do Município.

##### 4.1.2. Garantia do serviço:

4.1.2.1. A empresa deve garantir a emissão contínua de passagens rodoviárias durante todo o período contratual, conforme as especificações estabelecidas pela Secretaria de Assistência Social, atendendo à demanda da Secretaria.

4.1.2.2. A empresa deverá assegurar a disponibilidade de bilhetes de passagens para as rotas determinadas (como Frutal - MG e São José do Rio Preto - SP), dentro das condições contratadas, respeitando prazos de entrega e critérios acordados.

##### 4.1.3. Responsabilidade pelo Transporte:

4.1.3.1. A empresa contratada deve assegurar que as passagens emitidas sejam válidas para os trajetos especificados, e que o transporte seja realizado por empresas rodoviárias idôneas, que possuam todas as licenças e autorizações legais para a operação dos serviços de transporte.

##### 4.1.4. Qualidade:

4.1.4.1. Os bilhetes de passagens emitidos devem ser válidos, com todas as informações necessárias (nome do beneficiário, data, horário, origem, destino, entre outras), e deverão ser entregues em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação, ou imediatamente, quando a data da viagem assim exigir, com a garantia de não haver cancelamento ou alteração sem prévia comunicação à Secretaria de Assistência Social.

##### 4.1.5. Atendimento ao Município:

4.1.5.1. A empresa deverá disponibilizar um canal de comunicação direto com a Secretaria Municipal de Assistência Social para esclarecimento de dúvidas, solicitações de passagens e eventuais ajustes durante o período de execução do contrato.

4.1.5.2. O atendimento ao Município deve ser eficiente, com respostas no prazo máximo de até 1 (um) dia útil, para garantir que os beneficiários não enfrentem dificuldades ou atrasos no acesso às passagens.

#### 4.2. Subcontratação:

4.2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Município, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da contratada.

4.3. Esses requisitos são fundamentais para assegurar a boa execução do serviço e garantir que os beneficiários da assistência social recebam os serviços de transporte de forma eficiente e dentro das normas legais.





## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **5.1. Forma:**

5.1.1. A emissão dos bilhetes de passagens rodoviárias será realizado conforme a necessidade e demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fronteira/MG, para atender cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

5.1.2. A empresa contratada deverá fornecer os bilhetes mediante solicitação formal da Secretaria, contendo informações como nome do beneficiário, destino, data da viagem e demais dados necessários.

5.1.3. Para emissão das passagens, será necessária apenas a autorização da Secretaria de Assistência Social.

5.1.4. A empresa deverá garantir a emissão dos bilhetes em tempo hábil para atendimento da demanda dos usuários, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação, respeitando os prazos previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.1.5. Os bilhetes poderão ser entregues diretamente aos beneficiários ou encaminhados à Secretaria de Assistência Social para distribuição, conforme a necessidade do caso.

5.1.6. Os custos referentes à emissão e entrega dos bilhetes serão de responsabilidade da empresa contratada, sem encargos adicionais para o município.

### **5.4. Das Obrigações do Município:**

5.4.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Município:

5.4.2. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do Credenciamento;

5.4.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que as Empresas Credenciadas possam desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

5.4.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelas Empresas Credenciadas;

5.4.2.3. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Credenciamento, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

5.4.2.4. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelas Empresas Credenciadas, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

5.4.2.5. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;

5.4.3. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.



### **5.5. Das Obrigações da Credenciada:**

5.5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações das Empresas Credenciadas:

5.5.1.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

5.5.1.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços;

5.5.1.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos neste Termo de Referência (TR);

5.5.1.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;

5.5.1.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;

5.5.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;

5.5.1.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescendo todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;

### **6. GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, suspensão do contrato ou qualquer outro fator superveniente que impeça sua execução, a parte que der causa ao bloqueio deverá informar os motivos no prazo de 05 (cinco) dias à parte restante;

6.3. As comunicações entre o município e a Credenciada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de contato telefônico, mensagens via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e outros meios de comunicação quando a formalidade do ato for dispensável;

6.4. Após a assinatura do contrato o município poderá, a seu critério, convocar o representante da Credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias



para execução do objeto, do plano complementar de execução dos serviços contratados, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Ficará à cargo da senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social; a Gestão do Contrato Administrativo;

6.6. Ficará a cargo da Senhora na Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil;

7.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida para “PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG”, CNPJ “18.449.140/0001-07”, sem rasuras no preenchimento;

7.3. A nota fiscal/fatura deverá referir-se unicamente aos itens objetos deste certame, identificando obrigatoriamente o tipo e a quantidade de bilhete de passagem, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido;

7.4. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências;

7.5. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem “7.1.” começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções;

7.6. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada;

7.7. O município não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

## **8. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DE FORNECEDOR:**

8.1. Considerando que os bens pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, deverão adquiridos por meio de CREDENCIAMENTO, conforme o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O valor será baseado no PREÇO MÉDIO, após pesquisa de preço do departamento de compras municipal.

8.3. Qualificação Técnica:

8.3.1. Registro da empresa junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ou ao órgão regulador competente, demonstrando que a empresa está devidamente autorizada a operar o serviço de transporte rodoviário de passageiros.

8.3.2. Declaração da empresa atestando a disponibilidade para fornecer passagens dentro dos prazos estipulados, garantindo o atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social,



conforme as necessidades do município.

8.3.3. Indicação de canais de atendimento (telefone, e-mail ou plataforma digital) para a solicitação e emissão das passagens, assegurando um fluxo operacional eficiente e acessível para a Secretaria de Assistência Social.

8.3.4. Comprovação de infraestrutura adequada para a execução do serviço, como parcerias com empresas de transporte rodoviário devidamente autorizadas, sistemas de emissão de passagens e equipe operacional qualificada para atendimento das demandas do contrato.

8.5. Critérios de Rodízio Entre as Empresas Credenciadas:

8.5.1. Caso mais de uma empresa seja credenciada para emissão de bilhetes de passagens rodoviárias, será adotado um sistema de rodízio para garantir a distribuição equilibrada da demanda e assegurar transparência, isonomia e eficiência na execução do contrato.

8.5.2. As solicitações para emissão de passagens serão distribuídas entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma, para definição da ordem inicial da convocação.

8.5.3. Após o início da prestação dos serviços, será efetuado rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

8.5.4. Caso a credenciada convocada para fornecer as passagens se recuse ou não possa atender à solicitação por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.

8.5.5. Se houver recusa por parte de todas as empresas credenciadas, o rodízio continuará até que todas tenham sido convocadas para prestar o serviço.

8.5.6. Concluído o rodízio entre todas as empresas credenciadas, um novo ciclo será iniciado, retornando-se à primeira empresa que se credenciou.

8.6. Esse sistema de rodízio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento contínuo e eficiente às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

9.1. O valor estimado é de **R\$ 10.858,00 (dez mil oitocentos e cinquenta e oito reais)**, conforme valores apostos na tabela:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A FRUTAL/MG	UN	156	R\$ 45,50	R\$ 7.098,00
2	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	UN	94	R\$ 40,00	R\$ 3.760,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



#### **10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1. Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

A Lei Municipal nº 2.161 de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

**ÓRGÃO:** EXECUTIVO.

**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA

**FUNÇÃO:** ASSISTÊNCIA SOCIAL.

**SUBFUNÇÃO:** ADMINISTRAÇÃO GERAL.

**PROGRAMA:** ATENÇÃO SOCIAL BÁSICA E/OU ESPECIAL.

**PROJETO/ATIVIDADE:** GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS

**ELEMENTO:** MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

**VALOR ORÇADO DISPONÍVEL:** R\$ 10.858,00 (dez mil oitocentos e cinquenta e oito reais)..

**RECURSO:** 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS, (PORTARIA STN Nº 710/2021 ATUALIZADA).

Fronteira/MG, 25 de fevereiro de 2026.

YARA FERNANDA CARVALHO

GESTORA MUNICIPAL DE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033356

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20XX.

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO III**

**MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO**

PROCESSO Nº: 0033356

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

**(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., inscrito no CPF sob o nº ..... requer seu credenciamento para fornecimento de bilhetes de passagens rodoviárias, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A FRUTAL/MG	UN	156	R\$ 45,50	R\$ 7.098,00
2	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	UN	94	R\$ 40,00	R\$ 3.760,00

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 003/2026, executaremos os serviços de acordo com as normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº .....(nome da agência), Banco nº ..... (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....

(data)

.....

(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO IV**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD**

PROCESSO Nº: 0033356

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO V**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.**

PROCESSO Nº: 0033356

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



ANEXO VI  
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

**1. CREDENCIANTE**

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

**2. CREDENCIADA**

2.1. A EMPRESA \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade/UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, denominada CREDENCIADA.

**3. OBJETO**

3.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 003/2026, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
1	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A FRUTAL/MG	UN	156	R\$ 45,50	R\$ 7.098,00
2	PASSAGEM DE FRONTEIRA/MG A SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP	UN	94	R\$ 40,00	R\$ 3.760,00

**4. VIGÊNCIA**

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 003/2026, será a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_ até o dia 01 DE MARÇO DE 2027.

**5. CONDIÇÕES**

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

**6. DESCRENCIAMENTO**

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;



III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

## **7. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **7.1. Forma de Execução**

7.1.1. A emissão dos bilhetes de passagens rodoviárias será realizado conforme a necessidade e demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS, de Fronteira/MG, para atender cidadãos em situação de vulnerabilidade social;

7.1.2. A empresa contratada deverá fornecer os bilhetes mediante solicitação formal da Secretaria, contendo informações como nome do beneficiário, destino, data da viagem e demais dados necessários;

7.1.3. Para emissão das passagens, será necessária apenas a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS;

7.1.4. A empresa deverá garantir a emissão dos bilhetes em tempo hábil para atender à demanda dos usuários, respeitando prazos previamente estabelecidos pela Secretaria;

7.1.5. Os bilhetes poderão ser entregues diretamente aos beneficiários ou encaminhados à Secretaria de Assistência Social para distribuição, conforme a necessidade do caso;

7.1.6. Os custos referentes à emissão e entrega dos bilhetes serão de responsabilidade da empresa contratada, sem encargos adicionais para o município.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE:**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



- 8.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do Credenciamento.
- 8.2. Proporcionar todas as facilidades para que as Empresas Credenciadas possam desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação.
- 8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelas Empresas Credenciadas.
- 8.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Credenciamento, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.
- 8.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelas Empresas Credenciadas, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos.
- 8.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação.
- 8.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.

### **9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:**

- 9.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato.
- 9.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços.
- 9.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR).
- 9.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais.
- 9.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas.
- 9.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros.
- 9.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescendo todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;

### **10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.
- 10.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida para “PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG”, CNPJ “18.449.140/0001-013”, sem rasuras no preenchimento.





10.3. A nota fiscal/fatura deverá referir-se unicamente aos itens objetos deste certame, identificando obrigatoriamente o tipo e a quantidade de bilhete de passagem, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido.

10.4. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências.

10.5. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem “10.1.” começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

10.6. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

10.7. O município não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

## **11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

11.1. A gestão do credenciamento será de competência da Senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social.

11.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da Senhora Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS.

11.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 11.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 11.143/21, art. 114, *caput*).

11.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 11.143/21, art. 117, *caput*), que:

11.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 1.º).

11.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 2.º).

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 06 – SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS/FMAS

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 1000 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Projeto/Atividade: 2.224 – GESTÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

Subelemento: 3.3.90.32.99.00 – OUTROS MATERIAIS, BENS OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

### **13. DISPOSITIVO LEGAL**

13.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. I, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033356 – Credenciamento Eletrônico nº 003/2026.

Fronteira/MG; \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.

Sergio Paulo Campos

CREDENCIANTE

\_\_\_\_\_  
CREDENCIADA

ELIANA APARECIDA DE FREITAS

Gestora do Credenciamento

ANA GABRIELA DA SILVA GOMES

Fiscal do Credenciamento



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0033356

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O Município de Fronteira torna público que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ITINERANTES, VISANDO O ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.884 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019, **a partir do dia 02 DE MARÇO DE 2026 até o dia 01 DE MARÇO DE 2027.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações:  
<https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).  
Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 26 de fevereiro de 2026.

**YARA FERNANDA CARVALHO**  
Gestora Municipal de Assistência Social E Promoção Humana/FMAS